



SERVIÇO SOCIAL  
NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

---

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022



# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

---

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S491 Serviço social no Brasil: desafios contemporâneos / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0491-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.910220809>

1. Serviço social. 2. Questão social. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 360

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A coletânea *Serviço social no Brasil: Desafios contemporâneos* é composta por 07 (sete) capítulos produtos de pesquisa, relato de experiências, análise documental, dentre outros.

O primeiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da particularidade da formação do Estado burguês brasileiro a partir de uma análise pautada em Gramsci. O segundo capítulo discute a experiência vinculada à extensão universitária no contexto da saúde pública, enquanto atividade indissociável ao ensino e pesquisa em uma Instituição de Ensino Superior – IES.

O terceiro capítulo apresenta a análise das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis e a capacidade organizativa desse grupo com vistas a defesa e ampliação de direitos. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da inserção do Programa Minha Casa Minha Vida no território.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa de doutoramento em Serviço Social acerca da particularidade da perícia social em Serviço Social. O sexto capítulo discute os resultados da pesquisa acerca da gestão de demandas socioambientais e a organização da população de bairros.

E finalmente o sétimo capítulo que analisa as políticas públicas voltadas para o povo refugiado e *os desafios enfrentados pelos refugiados no Brasil*, ao tempo em que busca elencar possíveis soluções.

É nesse cenário que o leitor é convidado a conhecer e discutir as pesquisas e as discussões vinculadas de modo a reverberar no cotidiano de trabalho contribuindo assim para a qualidade dos serviços prestados à população na atual conjuntura.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO PELA VIA PASSIVA**

Ana Karoline Nogueira de Souza

Claudia Maria Costa Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208091>


### **CAPÍTULO 2..... 15**

#### **A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL: EXPERIÊNCIA COM USUÁRIOS DE CRACK**

Fernanda Luma Guilherme Barboza

Aline Batista de Paula


Irene Ferreira Guilherme Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208092>

### **CAPÍTULO 3..... 27**

#### **O MUNDO DO TRABALHO E A CONDIÇÃO DE VIDA DOS TRABALHADORES DA CATAÇÃO, UMA BREVE ANÁLISE**

José Ribeiro Gomes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208093>

### **CAPÍTULO 4..... 37**

#### **A INSERÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA PERIFERIA URBANA DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA**

Tânia Costa Silva


Daniela Andrade Monteiro Veiga

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208094>

### **CAPÍTULO 5..... 50**

#### **A PERÍCIA SOCIAL EM SERVIÇO SOCIAL NAS VARAS DA FAMÍLIA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS**

Viviane de Paula


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208095>

### **CAPÍTULO 6..... 69**

#### **GESTÃO DE DEMANDAS SOCIOAMBIENTAIS E A ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIRROS**

Orlinéya Maciel Guimarães

Maria Jose de Oliveira Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208096>

### **CAPÍTULO 7..... 81**

#### **PRINCÍPIO DO *NON-REFOULEMENT*: PONDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS DE REFUGIADOS DESTINADOS AO BRASIL**

Luigi Fiore Zanella Meireles

Mateus Catalani Pirani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9102208097>

<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>90</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>91</b>

# CAPÍTULO 1

## A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO PELA VIA PASSIVA

*Data de aceite: 01/09/2022*

**Ana Karoline Nogueira de Souza**

Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa- Paraíba  
<http://lattes.cnpq.br/2118537485119498>

**Claudia Maria Costa Gomes**

Programa de Pós-graduação em Serviço Social  
da Universidade Federal da Paraíba  
Lattes: 5143270196084477

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo principal analisar a particularidade da formação do Estado burguês Brasileiro, verificando se esse processo caracteriza-se pelo conceito gramsciano de revolução passiva. Sendo assim, tem a perspectiva crítica de análise da realidade como norteadora das reflexões que serão aqui desenvolvidas. A partir das aproximações ao objeto supomos que, o processo de constituição de um Estado burguês no Brasil, por meio de uma modernização pelo alto, desdobra-se na relação que passa a ser estabelecida entre a classe dominante e os subalternos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado; Revolução Passiva; Capitalismo Brasileiro.

### THE FORMATION OF THE BRAZILIAN CAPITALIST STATE THROUGH THE PASSIVE WAY

**ABSTRACT:** This article has as main objective to analyze the particularity of the formation of the Brazilian bourgeois State, verifying if this process

is characterized by the Gramscian concept of passive revolution. Therefore, it has the critical perspective of reality analysis as a guide for the reflections that will be developed here. From the approximations to the object, we assume that the process of constitution of a bourgeois State in Brazil, through a modernization from above, unfolds in the relationship that starts to be established between the dominant class and the subordinates.

**KEYWORDS:** State; Passive Revolution; Brazilian Capitalism.

### 1 | INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Política e Trabalho (GEPET/UFPB). Partimos do pressuposto que o Estado capitalista que se molda no Brasil a partir de 1930 revela os elementos de um processo decorrente de uma revolução passiva, isto é, de uma revolução burguesa pelo alto.

Nesse sentido, concentra esforços em compreender a problemática da formação do Estado burguês na particularidade brasileira. A partir das análises de uma constituição não-clássica, considerar-se-á os debates travados em torno desse tema entre os estudiosos da formação social brasileira que estão alinhados a vertente crítica de análise da realidade.

A explicação desse processo será guiada pela categoria revolução passiva, desenvolvida

nos *Cadernos do Cárcere*, entre o conjunto de notas escritas pelo comunista sardo, Antônio Gramsci<sup>1</sup>. A sistematização em torno desse tema concentra-se principalmente no *Caderno 19* (1934-35)<sup>2</sup>, no qual aborda de maneira mais detalhada o processo do *Risorgimento Italiano*.

Cabe esclarecer que a referida categoria não é utilizada de maneira aleatória, estabelece-se as devidas mediações, em razão das semelhanças entre as duas nações, tanto no tocante a condição da revolução burguesa realizada, quanto no que se refere ao desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o que se considera como um processo de revolução passiva é a ascensão da burguesia ao poder do Estado sem passar por um processo revolucionário que altere hermeticamente as bases do modo de produção.

Portanto, o objetivo nesse artigo consiste em fazer uma leitura da singularidade desse momento da constituição do Estado burguês Brasileiro, retomando elementos que já foram analisados outrora por estudiosos da formação social Brasileira e evidenciando os possíveis aspectos que ficaram obscuros.

## **2 | ELEMENTOS PARA COMPREENDER A REVOLUÇÃO PASSIVA EM GRAMSCI**

A temática do *Risorgimento Italiano* colocava-se como uma das grandes problemáticas de estudo para Gramsci, no seu esquema de temas de interesse no cárcere fascista. Importava ao italiano marxista estudar as relações que possibilitaram o desenvolvimento da burguesia italiana até 1870, sendo esta também uma das temáticas mais tardias das que foram trabalhadas.

No período que antecede a unificação da península italiana, já era possível visualizar a movimentação dos elementos históricos externos e também nacionais que culminam em tal acontecimento. Considerando essa construção como um processo, que não ocorre de maneira abrupta, faz-se necessário entender o jogo de forças envolvidas, os interesses e as influências.

O conceito de revolução passiva foi formulado por Gramsci a partir da elaboração de Vincenzo Cuoco, que interpretou a revolução napolitana de 1799 como um processo de revolução passiva, considerando que esse processo revolucionário teria sido provocado por acontecimentos externos, a exemplo da revolução francesa e as guerras napoleônicas. Em Gramsci o conceito de revolução passiva ainda aparece como uma chave de interpretação

---

1 Antônio Gramsci (1891-1937) era militante do Partido Comunista Italiano, foi preso político do regime fascista, com a ascensão de Mussolini ao poder. Foi preso em 1926, mas apesar da condição carcerária e da censura, recebeu autorização para escrever. Utilizou um total de 33 cadernos escolares, de tipo capa dura (divididos metodologicamente pelo próprio Gramsci em 17 Cadernos Especiais, 12 Miscelâneos e 4 de tradução), sendo que essas anotações atingem, aproximadamente, 2.500 páginas impressas.

2 A datação dos *Cadernos* que aparece ao longo desse trabalho está baseada no índice remissivo, conforme a proposta de G.Francioni, que integra o volume 6 da Edição Brasileira. Com base nos estudos filológicos (método de estudo proposto pelo próprio Gramsci), a indicação bibliográfica segue o formato: o número do Caderno será subseqüente a indicação da letra "C" e o parágrafo será a numeração correspondente ao símbolo "S".

não apenas para a denominada Era do *Risorgimento*, mas também para uma “[...] época complexa de transformações históricas.” (GRAMSCI, CC 15, § 62, p.331)

Cabe ainda destacar que na elaboração desse conceito, Gramsci se apropria da concepção de revolução-restauração de Edgar Quinet (1803-1875)<sup>3</sup>, uma vez que considera que a cada período de expansão, a revolução passiva é acompanhada de um movimento de retração. Nesse sentido, o conceito aparece nas notas dos *Cadernos* associado a pares conceituais dialéticos que expressam uma “revolução sem revolução” (GRAMSCI, CC 19, §24, p.63)

Percebe-se a partir das notas carcerárias redigidas pelo comunista sardo, que existem dois elementos principais da revolução, um deles é a restauração e o outro é a inovação. Para Gramsci esses elementos se caracterizam como uma dialética histórica, diferentemente da dialética de Croce<sup>4</sup> (chave positiva da revolução passiva)<sup>5</sup>.

No CC 4 § 57 percebe-se que Gramsci compreende o conceito de revolução passiva de Cuoco a partir das influências de eventos internacionais para a revolução Italiana. Desse modo, coloca-se a possibilidade de analisar outros Estados que se modernizaram sem passar por um processo revolucionário de tipo jacobino, embora aconteçam movimentos internos não alcançam uma alteração estrutural. Desse modo, serve como “[...] critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC15, § 62, p.332).

Nesse sentido, pode-se dizer que em Gramsci a reformulação do conceito assume uma amplitude maior, possibilitando a leitura de acontecimentos a nível mundial. Uma vez que, apesar do *Risorgimento* ter acontecido na particularidade do Estado Italiano, simultaneamente ao momento da unificação do Estado nacional, ocorreram processos semelhantes em outros Estados nacionais por influência das guerras napoleônicas na França.

Tendo em vista que a França influenciou o movimento de organização das forças nacionais Italianas para o seu processo revolucionário, pode-se dizer que esse tipo de revolução passiva na Itália só tornou-se possível em

razão da modernização dos Estados Europeus ter acontecido no mesmo período da restauração Francesa. Uma vez que

[...] o período da “Restauração” é o mais rico de desenvolvimentos: a restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir a burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas, sem o aparelho terrorista francês. (GRAMSCI, CC

3 A associação entre o conceito de revolução passiva de Cuoco e o de revolução restauração de Quinet, aparece na edição Italiana de Valentino Guerratana nos *Quaderni* 8, §25, p.957.

4 “Partindo da perspectiva da ‘dialética dos distintos’ Croceana, o conceito de revolução passiva ou ‘revolução-restauração’ é considerado enquanto síntese da conciliação de dois momentos: o da tese e o da antítese. Sendo que a tese é conservada na síntese. Desse modo, o momento da conciliação seria a base para a concepção de revolução-restauração, para Gramsci. Então, a revolução sem revolução é o movimento por meio do qual a sociedade muda ao longo da história, prescindindo o momento da luta, por meio de conciliações pelo alto.” (NOGUEIRA, 2017, p.27-28)

5 Pode-se dizer que a concepção positiva relacionava-se a uma leitura do processo de revolução passiva com base na concepção liberal, segundo a qual considera o elemento histórico de forma mecânica e não como uma referência.

Compreende-se que, a Restauração nesse momento cumpre o papel de um certo envoltório político que permite a modificação das relações sociais fundamentais na Itália sem uma ruptura com as velhas classes dominantes. Estas por sua vez, sob uma nova aparência, são responsáveis pela direção do processo de modernização do Estado. Desenvolve-se novas relações políticas, conformando um novo Estado através do reformismo.

No tocante ao papel do Estado, as notas escritas no CC 15 §59 indicam um fenômeno de grande importância para o conceito de revolução passiva, Gramsci diz “[...] que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o ‘dirigente’ do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um exército e uma força político-diplomática” (GRAMSCI, CC 15, §59, p.329).

Nesse sentido, considera-se que o Estado estaria na condição de subserviência da classe dominante. Mas, deve-se atentar para o fato de que nas notas carcerárias Gramsci evidencia o pensamento que uma classe deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante. Nos termos do autor,

[...] pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem “Terror”, como “revolução sem revolução”, ou seja, como “revolução passiva”, para empregar uma expressão de Cuoco num sentido um pouco diverso de Cuoco (GRAMSCI, CC 19, §24, p. 63).

Numa via contrária aos outros países que já haviam passado por esse processo, como é o caso da França que teve como protagonista principal o elemento da efervescência popular, elemento unitário, esse fator esteve ausente na Itália. Desse modo, as alianças que pouco se estabeleceram com a população ocorreram quando o poder já estava ocupado.

A partir de 1870 o processo histórico da revolução passiva passa a ser relacionado ao transformismo, conforme é descrito nos escritos carcerários, mais especificamente no CC 10 §12, “[...] transformismo como uma forma da revolução passiva no período de 1870 para frente”. Gramsci ainda aponta no CC19 §36 esse processo como uma das formas históricas da revolução passiva, referente ao movimento de formação do Estado moderno Italiano.

Nesse contexto, os Moderados possuíam uma direção mais consolidada e homogênea do que o Partido de Ação, sofrendo oscilação limitada na sua direção. Contraditoriamente, o Partido de Ação apresentava-se com uma direção que oscilava conforme os interesses dos Moderados, pois não contava com o apoio de classes históricas.

A fase original do fenômeno denominado de transformismo ocorreu com o momento

da passagem de elementos novos do Partido de Ação para o Cavournismo, após 1848<sup>6</sup>, resultando na modificação da composição das forças moderadas. (GRAMSCI, CC 15, §11, p.317). Isso expressa o momento da unificação dos partidos do *Risorgimento*.

Gramsci realiza uma divisão desse processo em dois períodos: 1) 1860- 1900, caracterizado como o transformismo molecular, com a passagem de personalidades individuais do Partido de Ação para os Moderados. 2) A partir de 1900, marcado pela passagem de grupos inteiros ao campo dos Moderados. Entre esses dois períodos, ainda considera-se um período intermediário, que vai de 1890 à 1900, quando uma massa de intelectuais adere aos partidos de esquerda, que na verdade eram democráticos.

Portanto, com esforço de síntese, é possível elencar algumas características consideradas fundamentais para uma melhor elucidação da revolução passiva: 1) movimento marcado pela ausência de uma iniciativa popular unitária, não implica uma total eliminação das movimentações nacionais, mas estas são eventuais, ou seja, o elemento jacobino é ausente; 2) O desenvolvimento italiano acontece como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar e não orgânico das massas populares. De modo que o impulso a modernização é simultâneo à reação; 3) Nos períodos das restaurações, que acolhem certa parte das exigências que vem de baixo (e por isso, são caracterizadas por Gramsci como restaurações progressistas), percebe-se o atendimento de alguns dos interesses dos subalternos.

Faz-se necessário destacar também a estrutura econômica nacional que se desenvolve na Itália a partir das relações internacionais, embora se coloque de maneira desfavorável quando comparado o fator econômico dos países de capitalismo central. Nesse sentido, Gramsci indica que,

[...] É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorreram segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões internas. (GRAMSCI, CC 19, §7, p. 45)

Desse modo, na passagem para a economia moderna, o capitalismo não se desenvolve de forma única em toda a península da Itália, mas contraditoriamente, assume manifestações particulares no tocante as regiões. A desigualdade se evidencia entre o norte industrial e o Sul Campesino e Rural.

O que se evidencia nos escritos de Gramsci é a manifestação da revolução passiva e a abrangência que a mesma pode assumir nas realidades internacionais. Também pode-se destacar o movimento dialético e simultâneo das formações econômicas capitalistas e os

---

6 Nesse período, o Partido de Ação era liderado por Giuseppe Mazzini (1805-1872), que havia proposto uma solução republicana unitária contra a estratégia do monarca Camillo Benso di Cavour (1810-1861), principal líder do Partido Moderado. Nesse embate, houve uma modificação progressiva na composição anterior das forças dos moderados devido a entrada dos novos elementos do Partido de Ação. Assim, o Partido dos Moderados ficou caracterizado como Cavournismo em referência ao seu principal líder, Cavour.

elementos políticos da revolução passiva, ao passo em que estes últimos se implementam, altera reformisticamente o plano de produção.

A partir das análises realizadas no tocante ao processo de desenvolvimento do capitalismo, têm-se observado que em geral, com ressalvas em alguns casos, os países que passaram por um processo de revolução passiva estão submetidos a uma relação de dependência econômica que configura uma forma particular de configuração do capitalismo.

Portanto, dada a possibilidade de analisar sob à luz da categoria revolução passiva o processo de constituição do Estado em outros países, que possuem uma realidade econômica e social semelhante a Itália, esse estudo volta-se para a singularidade da formação do Estado burguês Brasileiro.

### 3 | O CARÁTER PASSIVO DA REVOLUÇÃO BURGUESA BRASILEIRA

Com o objetivo de extrair da realidade as determinações e as contradições que permitam capturar o fenômeno do problema investigado, partimos da hipótese de que, a partir da Revolução de 1930 as alianças de classe realizadas entre as grandes oligarquias agrárias e a nascente burguesia industrial caracterizou-se como uma revolução passiva. Esse movimento serviu como uma estratégia de manutenção da hegemonia e em decorrência desse processo houve uma crescente desorganização das classes subalternas, conformando a relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil.

Nesse sentido, as discussões formuladas em torno da problemática de uma revolução burguesa, não realizada de maneira jacobina (no sentido mais erudito do termo), apresentam-se como consenso na literatura que se produziu com o objetivo de compreender a formação social brasileira desde o século XX. É certo que a compreensão que se alcança é que esse movimento criou uma Burguesia nacional que era inexistente anteriormente.

O que se evidencia nas análises que tratam dessa problemática em estudo é que o desenho das relações entre as classes sociais hegemônicas brasileiras assume um novo contorno a partir da crise econômica de 1929, que funciona como uma espécie de catalisador da correlação de forças na luta de classes.

Conforme apontam Iamamoto e Carvalho (2013), o que acontece no processo decorrente da crise de 1929 e que desencadeia com a revolução em 1930 é uma crise de hegemonia. Desse modo,

[...] estabelecendo-se o chamado “Estado de compromisso”, que numa situação de depressão econômica deverá tomar iniciativas tendentes a garantir a reprodução do capital e as taxas de acumulação das diversas frações burguesas, integrar os setores de classe média urbana, ampliando as bases de sua participação política e econômica, e **estabelecer mecanismos de controle e desorganização do movimento popular em crescimento.** (IAMAMOTO e CARVALHO, 2013, p.160, grifo nosso).

Nesse sentido, é válido destacar que há uma controvérsia nas interpretações dos



autores brasileiros acerca da década de início desse processo, como também no tocante a relação da burguesia industrial com o setor agrárioexportador.

[...] Em que pesem as diversas e contraditórias interpretações acerca do golpe de 1930, cabe reconhecer que a orientação política já nos primeiros anos daquela década primou pelo fortalecimento do setor industrial à medida que subordinou os interesses do setor agro-exportador à necessidade de um novo ordenamento jurídico-institucional que garantisse tempos pacíficos para a reprodução do capital.[...] O movimento de 1930 não foi exclusivamente uma saída política para o esgotamento do modelo oligárquico, mas, também, uma resposta contra a ascensão das classes trabalhadoras.(DIAS e BOSI, 2005, p.50)

Nesse sentido, no processo decorrente da Revolução de 1930 há um predomínio da nascente burguesia industrial sobre as oligarquias agrárias, sem que estas sejam extirpadas do poder. Apesar do leque de discussões que tem sido realizado em torno desse momento histórico, esse aspecto se apresenta como o mais relevante nas análises do caso Brasileiro.

A partir dos últimos trinta anos do século XX, os intelectuais vinculados à tradição marxista se debruçaram para interpretar a singularidade do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, passando a utilizar como aporte teórico as elaborações de Lênin e de Gramsci. As fórmulas explicativas utilizadas para os casos da Rússia e da Itália, respectivamente, sob a denominação de “via prussiana” e de “revolução passiva”, ofereceram os subsídios para a explicação da transição para o capitalismo pela “via não-clássica”<sup>7</sup>. Trata-se de fértil debate teórico e histórico sobre o conceito de capitalismo tardio.

Por via prussiana entenda-se o processo por meio do qual,

conservam-se a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga “superestrutura”; nessa hipótese, o papel dirigente caberá ao burguês e ao latifúndio liberal-monárquicos, os camponeses ricos logo lhe darão apoio; a massa camponesa verá deteriorada a sua situação: não apenas será expropriada em enorme escala, mas ainda escravizada pelos vários sistemas de resgate propostos pelo democratas-constitucionalistas, abandonada e embrutecida pela reação; os testamenteiros de semelhante revolução burguesa seriam políticos assemelhados aos outubristas (LÊNIN, 1982, p. 10)

Nesse sentido, pode-se dizer que para Lênin a via prussiana caracterizava um tipo específico de desenvolvimento do capitalismo que não passa por rupturas revolucionárias. A burguesia emergente vai se integrando às classes hegemônicas do antigo regime, conservando as velhas relações de dominação e exclui as camadas populares.

Com esforço de síntese no que se refere às categorias de via prussiana e via passiva, Coutinho (1988) indica que a chave de explicação pela “via-prussiana” se detém

<sup>7</sup> Entende-se por via clássica o processo revolucionário de transição para o capitalismo mediante uma ruptura estrutural, tanto do ponto de vista da estrutura produtiva, quanto das classes hegemônicas em determinado período histórico, a exemplo dos casos da Inglaterra em 1642 e da França em 1789. Esse movimento ainda é marcado pela realização de uma reforma agrária. Entre os estudos sobre a realidade brasileira, nesse período, essas categorias se apresentavam conjuntamente nas análises de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna e Marco Aurélio Nogueira.

aos aspectos da infraestrutura e não possibilita uma compreensão efetiva dos elementos da superestrutura. Enquanto a via passiva concentra-se no elemento da superestrutura, com destaque para o âmbito político, subsidiando as análises do caminho brasileiro para o capitalismo<sup>8</sup>.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o processo de transição da república velha (1889-1930) no Brasil, aconteceu conservando as velhas oligarquias no poder, de modo que a burguesia emergente não rompe estruturalmente do ponto de vista das classes hegemônicas. O que se coloca como elemento fulcral desse estudo é o pacto de classes que se realiza no movimento “revolucionário” de 1930 e que resulta na consolidação do Estado burguês. Em outros termos,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. [...] Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das “especificidades particulares” da expansão do sistema. Ao contrário da revolução burguesa “clássica”, a mudança das classes proprietárias rurais pelas novas classes burguesas empresário-industriais não exigirá, no Brasil, uma ruptura total do sistema, não apenas por razões genéticas, mas por razões estruturais. Aqui, passa-se uma crise nas relações externas com o resto do sistema, enquanto no modelo “clássico” a crise é na totalidade da economia e da sociedade (OLIVEIRA, 2006, p.63).

A estrutura econômica arcaica brasileira reflete nas novas formas de trabalho perpetuando a mão de obra barata, necessária para o aumento dos lucros e o “novo” modo de produção vai se fundamentando nessas contradições. Esse movimento dialético entre o arcaico e o moderno que conforma uma das controvérsias nelvrágicas da sociedade brasileira, com uma formação sócio-histórica marcadamente particular em relação aos países de capitalismo central.<sup>9</sup>

Nos Estados que se constituíram através de uma modernização pelo alto - fenômeno concebido por Gramsci como “revolução passiva” - a dominação de classe é mais autoritária, isto é, ela desorganiza e absorve reiteradamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional.

Nesse sentido, para compreender as particularidades do processo que resultou na composição de um Estado burguês no Brasil, coloca-se como prerrogativa o estabelecimento das mediações necessárias que configuram tal quadro e não uma leitura mecânica dos

8 Entre as explicações que foram elaboradas para elucidar essas categorias, com base na tradição marxista, Gramsci considera o significado do conceito de estrutura de maneira histórica e não especulativa, como sendo “[...] o conjunto das relações sociais em que os homens reais se movem e atuam, como um conjunto de condições objetivas que podem e devem ser estudadas com os métodos da ‘filologia’ e não da especulação.” (GRAMSCI, CC 10, §8, p. 296). Desse modo, por superestrutura compreende-se que “[...] as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestruturas a não ser como herança da inércia e de passividade: elas são geradas não por ‘partenogênese’, mas pela intervenção do elemento ‘masculino’ – a história- a atividade revolucionária que cria o ‘novo homem, isto é, novas relações sociais” (GRAMSCI, 2011, p.195)

9 Esses elementos são opostos aos ideais liberais de igualdade, liberdade e fraternidade que se proclamava na revolução burguesa clássica da França em 1789.

acontecimentos nacionais. A exemplo disso é importante considerar as relações políticas fragilizadas que se constituem e se perpetuam.

Nas *Teses sobre o Brasil moderno* (2004), Otavio Ianni destaca que as interpretações disponíveis sobre o pensamento social no Brasil<sup>10</sup> tendem a priorizar um setor da sociedade ou “[...] formular visões de conjunto, integrativas, buscando as linhas mestras da história nacional” (IANNI, 2004, p. 41). Adverte como uma das interpretações recorrentes, aquela que entende o Estado como demiurgo da sociedade, aonde a sociedade civil aparece como um subproduto, pouco organizada ou, na acepção gramsciana, gelatinosa. Entre tais intérpretes, figuram desde arrogantes, “com inflexões fascistas”, até os que reconhecem a dinâmica das forças sociais subalternas.<sup>11</sup> Explica,

Inspiram-se no modelo jurídico-político europeu de Estado-nação, com influências americanas (liberalismo, constitucionalismo, divisão dos três poderes, democracia e cidadania): Essa é a visão da história de boa parte das ‘elites’ deliberantes e governantes, visão esta na qual está implícita ou explícita a ideia de que o povo, enquanto coletividade de cidadãos, precisa ser criado e tutelado, de cima para baixo (IANNI, 2004, p. 44).

Os estudos sobre a realidade Brasileira apontam que a modernização do Estado, por meio da qual se configurou efetivamente um Estado burguês, ocorreu mediante um processo histórico e dialético entre a permanência e a mudança. Isso implica que, do ponto de vista político e das relações sociais decorrentes desse acontecimento, remete a uma interpretação gramsciana da revolução burguesa brasileira como revolução passiva, a exemplo do caso da Itália no período do *Risorgimento* Italiano.<sup>12</sup>

Desse modo, uma leitura do Brasil será subsidiada pela via passiva, uma vez que tal categoria qualifica um tipo específico de revolução burguesa, marcada pela ausência de iniciativa popular. Uma vez que se tem percebido esse tipo de revolução acontecer com mais frequência no que se convencionou chamar de periferia do capitalismo.

A conjuntura do período entre 1930-1945 no Brasil é marcada por essa conformação, com a consolidação do Estado novo e o processo de industrialização da economia. Esse momento também foi caracterizado pela efervescência da organização política e sindical dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

No estudo das relações entre Estado e Sociedade Civil e suas interrelações de poder, a interpretação marxista mais fecunda, notadamente, é a concepção do comunista italiano, Antônio Gramsci, que irá desenvolver um original estudo a partir dos conceitos basilares de Marx, Engels e Lênin, no intuito de pensar a sociedade civil e sua relação com o Estado, tanto da sociedade italiana quanto das sociedades capitalistas avançadas de

10 Inspirados nos escritos de Caio Prado Júnior, aparecem Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, entre outros, além de escritores como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Graciliano Ramos.

11 Nessa linha de pensamento, segundo o autor, podem ser identificados Alberto Torres, Oliveira Viana, Francisco Campos, Hélio Jaguaribe, Bolivar Lamounier, entre outros.

12 Nas notas carcerárias verifica-se que Gramsci não restringe a categoria *revolu o passiva* para a explica o do momento da unifica o do Estado Italiano e da sua configura o como Estado burguês. Mas, também foi utilizada para esclarecer acontecimentos como o Fascismo e no âmbito da produ o como o caso do Americanismo-fordismo.

seu tempo.

Seguindo esse viés analítico e arcabouço categorial gramsciano, esse estudo busca identificar os elementos que caracterizam a formação do Estado burguês brasileiro como revolução passiva. Associado a isso, também identificar o papel que os intelectuais exercem no processo de dominação, com recorte ao elemento de força e de consenso.

Se observarmos o período da Era Vargas (1930-45) podemos visualizar um processo de constante inovação-conservação no âmbito político e econômico. Por um lado, os resquícios das velhas oligarquias agrárias conservam-se hegemônicos e se modernizam pela conciliação com a nascente burguesia industrial; por outro lado, as formas produtivas se modernizam com o processo de industrialização, mas mantêm a finalidade de garantir a lucratividade, combinando-se formas arcaicas e modernas de espoliação dos trabalhadores.

As alianças firmadas com os setores de agroexportação possibilitaram a passagem para o capitalismo industrial, marcado pelo fim do período republicano mediante um processo gradual. Desse modo, esse processo possui os traços da revolução passiva, que altera o Estado molecularmente e mantém o equilíbrio das alianças realizadas entre a burguesia industrial e a agroexportadora desde o período do império de forma conservadora.

A revolução passiva se verificaria no fato de transformar a economia 'reformisticamente' de individualista para economia de segundo um plano (economia dirigida) e o advento de uma 'economia média' entre aquela individualista pura e aquela segundo um plano integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais progredidas sem cataclismos radicais destrutivos de forma arrasadora. (DEL ROIO, 2009 *apud* GRAMSCI, 1975, p.1089).

Posteriormente, no CC15 §56, referindo-se ao processo do *Risorgimento* Italiano como uma revolução passiva, Gramsci aponta com um maior detalhamento o processo de mudança molecular, de modo que os protagonistas desse movimento são os fatos e não os homens individuais,

[...] Como sob um determinado invólucro político, necessariamente se modificam as relações sociais fundamentais e novas forças políticas efetivas surgem e se desenvolvem, as quais influenciam indiretamente, com pressão lenta mais incoercível, as forças oficiais, que elas próprias, se modificam sem se dar conta, ou quase. (GRAMSCI, CC 15, § 56, p.328)

Gramsci sempre observa na história um momento de propulsão e outro de retração, de modo que na revolução passiva isso é simultâneo e não diacrônico. Ademais, Gramsci faz uma crítica a leitura positiva<sup>13</sup> que se desenvolve em torno da tese da revolução-restauração, porque elimina-se o elemento histórico do movimento dialético.

Do ponto de vista da materialidade que esse processo assume e considerando o movimento dialético da realidade, pode-se dizer que a revolução passiva é um processo

13 A essa positivação do conceito de revolução passiva, leitura realizada pelos liberais como o Croce, compreende-se que não está relacionada ao momento do Positivismo nas Ciências, como se pode pensar. O que se coloca é o fato de tal conceito ser interpretado como possibilidade de revolução das classes subalternas.

de negação da revolução jacobina. De certo modo, põe fim ao movimento de forças sociais revolucionárias e decapta esse segmento do processo revolucionário que toma o poder do Estado.

Como suscetível de interpretação de “[...] qualquer época complexa de transformações históricas”, é imprescindível atentar-se para o elemento histórico do conceito de revolução passiva, considerando-o de modo dialético. Nesse sentido, a revolução passiva não assume um aspecto de programa positivo “[...] mas como critério de interpretação, na ausência de outros elementos ativos de modo dominante” (GRAMSCI, CC 15, §62, p.332).

É preciso levar em conta que o processo político de passivização também é marcadamente uma característica decorrente da formação social brasileira. Essa configuração, do ponto de vista das classes subalternas, é apontada como um fato que se verifica com o movimento de superação de uma fina casta estamental para o patamar de cidadão. Desse modo, não se percebe historicamente a demarcação de uma insurreição popular que possibilite uma ascensão ao poder estatal mediante uma alteração na estrutura das classes sociais, o que acontece, em outros termos é que,

Rompendo a fina casca estamental, o homem possessivo de mercado assume sua irrestrita apetitividade. [...] O homem burguês, no seu perfil clássico, erige-se como a personalidade básica das elites dirigentes. Importa pouco o seu ranço aristocrático, como, de resto, sucedeu com o exemplo clássico dos aristocratas ingleses nos séculos XVI e XVII (VIANA, 1976, p.92).

No Brasil, assim como no caso Italiano, não se verificou no momento de formação de uma burguesia no poder do Estado, o protagonismo decorrente da unificação das camadas populares. No entanto, percebe-se que o progresso aparece como resultado da reação dos dominantes ao subversivismo esporádico e elementar dos grupos subalternos, atendendo certa parte das exigências dessas camadas populares. Ou seja, “[...] uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagonica.” (DEL ROIO, 2009, p.100)

Para Florestan Fernandes, a revolução burguesa brasileira particulariza-se por ocorrer num país de capitalismo dependente e pelo fato de não seguir uma via clássica, conseqüentemente não se constituiu uma superestrutura política de tipo “liberal-democrática”. Desse modo, percebe-se que a revolução burguesa brasileira, qualificada como uma “revolução passiva” (GRAMSCI, CC 19), é pertinente das economias de capitalismo dependente e periférico, diferente de países que realizaram revoluções do tipo clássicas.

As relações que sustentam a estrutura estatal decorrentes de um movimento de revolução passiva se expressam de forma fragilizada, refletindo nas intervenções que essa instituição pode assumir. Isso é o resultado das alianças forjadas entre as classes hegemônicas, bem como a problemática da unificação dos setores populares por fatores culturais e ideológicos, entre outros, que assim como na Itália, o Brasil passa pela mesma

adversidade.

Cabe também fazer um destaque para o caráter tardio em que se realiza a revolução burguesa no Brasil, quando comparada aos países que compõem o núcleo central do capitalismo.

[...] as revoluções burguesas 'atrasadas' caracterizam-se pelo fato de que a sua direção política foi monopolizada por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fechar o circuito político à participação dos setores populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram por perpetuar a dependência e o subdesenvolvimento. A dificuldade enfrentada pelas revoluções burguesas que eclodem dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringem dramaticamente a possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional (SAMPAIO Jr, P. A., 1999, p.71).

Sabe-se que as formações dos Estados nacionais resultantes de uma revolução burguesa não assume uma única fórmula ou postura, esta será correspondente a configuração do movimento impulsionador desse processo. Nesse sentido, reafirma-se o fato de que o caráter da revolução burguesa realizada no Brasil acaba por assumir o papel de reforço da condição de dependência da economia no âmbito internacional.

Assim, no reordenamento da divisão internacional do trabalho, os países da periferia do capitalismo imperialista tendem a integrar uma espécie de corporativismo estatal que impõe a progressão de revoluções passivas. Esse processo assumiu uma materialização não apenas na Europa, mas também na América Latina, incluindo o Brasil. Espirando-se sobre os países de capitalismo fragilizado,

O corporativismo independente de sua veste fascista, serviu como inspiração em vastas zonas da periferia do imperialismo, nas quais as contradições internas tornaram possível a utilização das contradições presentes no centro imperialista para o desencadeamento de revoluções burguesas sob a forma de revoluções passivas (DEL ROIO, 2009, p.86).

Esse argumento ainda possibilita a compreensão no sentido de que o elemento político está intrinsecamente relacionado ao econômico, no âmbito nacional. Nesse sentido, a ausência da efervescência no sentido da realização de uma revolução burguesa clássica está correlacionada a um desenvolvimento econômico mais fragilizado do ponto de vista das relações de mercado internacionais.

Portanto, essa formação do Estado Burguês no Brasil assumiu contornos particulares, unindo na mesma cena: burguesia agrária e industrial. Combina-se velhos e novos elementos da produção, extinguindo-se a violência física a qual o trabalhador do campo era submetido, a espoliação assume um caráter novo nas bases capitalistas.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nessas aproximações ao objeto que foram supramencionadas, verificamos

que o processo de formação de um Estado a partir de uma revolução burguesa que não ocorre de maneira revolucionária, mas ao contrário modernizam-se pelo “alto” – como foi o caso histórico do *Risorgimento* italiano – Gramsci caracteriza-o como uma revolução passiva.

Nesses casos, a dominação da classe burguesa se impõe de forma autoritária, constituindo a sua hegemonia baseada na força e no consenso nos âmbitos da sociedade civil e da sociedade política. Desse modo, a classe dominante desorganiza e absorve continuamente as lideranças das classes subalternas no aparelho de Estado, impedindo-as de ter maior expressão na política nacional. Esse tipo de modernização pelo alto é próprio dos Estados que se modernizaram tardiamente, como é o caso do Brasil, não se restringe apenas a Itália.

Apresentados os elementos que possibilitam a compreensão das relações que se desenvolveram no Brasil, do ponto de vista político e econômico, após a constituição do que se nomina de uma classe burguesa interna, é evidente que esses processos assumem uma particularidade. Destarte, a revolução burguesa brasileira incorpora a via passiva de materialização, a partir de condicionantes externos das relações econômicas firmadas pela divisão internacional do trabalho.

O que se evidencia é o fato de a nascente burguesia industrial não ter realizado um rompimento estrutural da produção, contraditoriamente, pretendia uma industrialização que ocorresse como uma “modernização pelo alto” e adequando a esse movimento o setor oligárquico. Além disso, esse processo é constituído de um movimento desorganizador dos setores subalternos.

Através da unificação entre as velhas e as novas classes burguesas, sem a participação massiva dos subalternos, o elemento insurrecional jacobino foi isento desse processo revolucionário. Simultaneamente, como elemento da revolução passiva, a classe dominante realiza concessões para o atendimento de parte das reivindicações dos subalternos, que resulta no reforço da passivização desses setores, para além da consciência política.

Como resultante desses acontecimentos, a partir de uma pesquisa em Gramsci, considera-se que o movimento dialético entre a inovação e a conservação, bem como a revolução-restauração que foi realizada no Brasil, constitui uma nova identidade nacional. Pois, semelhante à realidade Italiana, os arranjos realizados pelas burguesias internas vigentes forjam o caráter passivo da formação do Estado burguês.

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, C.N . “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. In \_\_\_\_\_. NOGUEIRA, M.A (Org.). Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 103-127

DEL ROIO, Marcos T. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: GUADALUPE, Sueli L.; SILVA, V. P.; Miler, S. (Orgs.) **Marx, Gramsci e Vigotski**: aproximações. Araraquara: Junqueira & Marin, Editores; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

DIAS, E; BOSI, A.P. Estado, capital, trabalho e organização sindical: a (re)construção das classes trabalhadoras no Brasil. **Revista Outubro**, [S.l.], n.12, p. 45-69, 2005.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 6 v.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

NOGUEIRA, A.K. **O transformismo à Brasileira**: a hegemonia Lulista em presença. 2017. 95 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão Dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2006.

SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

VIANA, Luis Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976. p.87-152.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Assistente social 15, 16, 17, 23, 25, 26, 37, 38, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 65, 66, 67

### C

Capitalismo 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 21, 38, 40, 51, 54, 55, 60, 61, 63, 68

Catadores de materiais recicláveis 27, 31, 32, 34, 36

Centro de referência de assistência social 22, 39

Classes dominantes 4, 5, 11

Comunidade 17, 18, 37, 60, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 82, 83, 87

Condições de trabalho 27, 28, 61, 62

Condições sócio-históricas 51

Constituição Federal de 1988 34, 52, 86

Cooperação entre os povos 82

Crise humanitária 86

### D

Desigualdade social 28, 36, 46

Devir histórico 51

Direito de família 51, 52, 64

Direito Internacional 81, 82, 86, 88

Direitos humanos 21, 68, 82, 85, 86, 88

### E

Ensino 15, 16, 17, 18, 24, 25, 35, 66, 78, 87

Espaço urbano 35, 41, 44

Estado burguês 1, 2, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 54

Estado capitalista 1

Estado neoliberal 29, 64

Extensão universitária 16, 17, 18, 26, 90

### L

Liga das Nações 82, 83

### M

Método dialético-marxiano 50

Mundo do trabalho 27, 29, 30, 33, 35, 36, 61, 63

## **P**

Perícia social 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 64, 65

Pesquisa 1, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 25, 27, 29, 34, 35, 37, 38, 42, 47, 50, 52, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 82

Pessoas refugiadas 82, 85, 87, 88

Pobreza 28, 35, 36, 37, 40, 43, 45, 49

Política de Assistência Social 26, 60, 69, 70, 73

Política de habitação 37, 38, 39

Princípio da não-devolução 81, 82

Processo revolucionário 2, 3, 7, 10, 13

Programa de habitação 41

Programa Minha Casa Minha Vida 37, 38, 40, 43, 48

Programa Nacional de Direitos Humanos 86

## **R**

Realidade social 17, 25, 51, 55, 59, 64, 65, 70, 73, 74

Relato de experiência 15, 16

Revolução passiva 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

## **S**

Saúde mental 15, 19, 21, 25, 26, 90

Secretaria de Ação Social 70, 72

Secretaria Municipal de Saúde 72

Segurança pública 19, 20, 40, 51, 52, 89

Serviço Social 14, 15, 16, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 35, 36, 41, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 77, 90

Sistema de Justiça 51, 52, 64, 68

## **T**

Território 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 60, 69, 73, 74, 83





Trabalhadores 9, 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 54, 55, 60, 61, 63, 66



# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

---

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL:

Desafios contemporâneos

---

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)